



Nº 1

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA, EFECTUADA EM 22 DE JANEIRO DE 1999

Aos vinte e dois dias do mês de Janeiro de mil novecentos e noventa e nove, reuniu, pelas vinte horas e quarenta e três minutos, a Assembleia Municipal de Évora, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:

- 1. Revisão do Plano de Urbanização de Évora**
- 2. Apresentação do Projecto Especial de Urbanismo Comercial - ÉVORACOM**

Estiveram presentes os membros da Mesa:

Presidente - José Ferreira Nunes Bizarro

1º Secretário - Diamantino José Dias

2º Secretário - António Joaquim G. R. Serrenho

Feita a chamada, constataram-se mais as seguintes presenças: José Zorrinho, Lino de Carvalho, Maria do Céu Ramos, José Simão, Acácio Alferes, Ricardo Rita, Margarida Félix, Celino Silva, Carlos Percheiro, Silvino Alinho, Maria Helena Silva, Luís Bettencourt, Carlos Cunha, Carmen Balesteros, Fernando Casqueiro, Maria do Céu Costa, Bernardino Grilo, José Serra, Francisco Rato, António Foito, Francisco Estevão, José Piteira, João Valverde, João Ricardo, Joaquim Trolhas, Manuel Rico, Maria Gabriela Silva e Maria do Carmo Ricardo.

Faltaram os(as) Senhores(as): José Cardoso, Maria da Conceição Couvinha, José Russo, Nuno Monteiro, Jerónimo Mendes, Estevão Bicho, Isidro Lobo, Miguel Chumbo e João Rodrigues.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Abílio Dias Fernandes, e pelos Vereadores Jorge Pinto e Almeida Henriques.

O Sr. Presidente assinalou a presença de um novo membro da Assembleia, a Sra. D. Maria do Carmo Abelha Ricardo, que veio substituir o Sr. Prof. Manuel Ferreira Patrício, pelo período de 1 ano.

PONTO 1 - REVISÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA



Aberta a sessão, o Sr. Presidente anunciou que acabara de chegar à Mesa duas propostas relativas ao tema em causa, ambas subscritas por eleitos da CDU, fazendo questão de as ler por ordem de entrada.

Assim, o Sr. Presidente leu a primeira na totalidade, que tem como título “PROPOSTA RELATIVA AO TEOR DO PONTO 3.3.5. DO RELATÓRIO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA - ENSINOS BÁSICOS E SECUNDÁRIOS”, a qual se apensa a esta acta, dela fazendo parte integrante.

Posteriormente, passou a ler a segunda, que tem como título “PROPOSTA DOS ELEITOS DA CDU À ASSEMBLEIA MUNICIPAL SOBRE O PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ÉVORA”, ficando a mesma também anexa a esta acta, dela fazendo parte integrante.

O Sr. Presidente da CMÉ transmitiu que a edilidade encarou a revisão deste Plano de Urbanização com grande cuidado, porque pesa sobre ela uma vasta tradição de planeamento, tanto assim que esta autarquia foi a primeira a ter um Plano Director Municipal aprovado, o qual foi quase escrupulosamente cumprido ao longo de 20 anos.

Depois, chamou à atenção para o facto de ele próprio e de vários vereadores terem sofrido, durante bastantes anos, as dificuldades de responder aos proprietários dos terrenos situados dentro da zona urbana, em virtude de neles pretenderem construir moradias, só que a Câmara teve que manter os supracitados sob reserva, porque não possuía dinheiro suficiente para assumir a infra-estruturação de toda a área urbana, coisa que será ultrapassada com a implementação deste Plano.

Por sua vez, o Sr. Vereador Almeida Henriques frisou que o Plano de Urbanização é um instrumento assente em bases rigorosas, o mais científicas possíveis, e é, igualmente, flexível, pois permite que a iniciativa, quer pública quer privada, se revele e potencie o desenvolvimento do concelho. É um P. U. perfeitamente articulado com outros instrumentos de planeamento existentes no Município, designadamente de natureza estratégica, em que separa claramente o acessório do principal, define prioridades, ou, pelo menos, equaciona-as de uma forma perfeitamente indicativa e muito clara. Materializa o princípio da equidade, que vem estabelecer uma maior justiça na repartição dos encargos e dos benefícios que advêm sempre da implementação de qualquer plano.

Para concluir, referiu que o documento contribui, também, decisivamente para apetrechar o concelho com mais e melhores equipamentos, ao nível do desporto, da cultura e da solidariedade social.

Entretanto, o Sr. Arq.º António Bouça esboçou um breve historial sobre as diversas fases que envolveram a preparação do P. U..

Por seu turno, o Sr. Engº Jorge Carvalho fez uma explanação técnica exaustiva do tema em epígrafe.

Posto isto, o Sr. José Zorrinho desejou formular uma pequena reflexão metodológica, dizendo que a A. M. de Évora é uma das últimas que mantém o princípio de reunir à noite, pelo que opinou que as



exposições feitas pelos técnicos atrás mencionados deveriam ter sido feitas aquando da distribuição da documentação em causa, para este Orgão ficar mais habilitado para ponderar sobre ela, para hoje fazer a discussão política.

A seguir lembrou que, desde há vários anos, os eleitos do PS para a A. M. têm reivindicado a revisão do PDM, porque, do ponto de vista estratégico, da conceptualização do futuro de Évora e do papel desta no tecido económico social regional, está totalmente desactualizado, não tendo a presente maioria da Câmara a coragem para o alterar, fazendo, sub-repticiamente, algumas correcções ao mesmo, através da figura do PGU, de tal maneira que este terá que ser ratificado em Conselho de Ministros.

No entanto, na ideia do PS, o PGU é um passo positivo, fundamentalmente por 3 ordens de razões: **Primeira** - Porque se reconhece, pela 1ª vez, que a cidade cresceu em descontinuidade; **Segunda** - Porque ajuda a regularizar processos, resolvendo, portanto, problemas dos cidadãos; **Terceira** - Tem a vantagem de ter incorporado um vasto conjunto de contributos correctivos feitos pelos Vereadores do PS.

Ainda assim, se se pensar no impacto deste Plano no futuro, o Sr. Zorrinho observou que aí ficam bem claras as suas insuficiências, pelos seguintes motivos: **Primeiro** - Porque, na prática, a ligação harmoniosa entre o centro histórico e a periferia está muito longe do que seria para desejar; **Segundo** - Este Plano não potencia a dinamização do centro histórico, aliás esquece-o; **Terceiro** - Porque este P. U. é muito pouco ambicioso, dado que prevê, até 2005, um conjunto de construções inferior à média dos anos 74/78/80, ou seja uma redução, num momento em que todos compreendemos que Évora está no cerne dum processo de desenvolvimento; **Quarto** - Porque espelha, essencialmente, preocupações financeiras no exercício do rigor, uma vez que maximiza o potencial de receitas para a Câmara, mas não maximiza o potencial de resolução de problemas dos munícipes.

Pelas razões expostas, anunciou que os eleitos do PS iriam votar contra, não deixando de assumir o compromisso de que quando o citado Partido obtiver a responsabilidade maioritária nesta autarquia se iniciará, imediatamente, a revisão do PDM.

O Sr. António Foito afirmou o seguinte: “A bancada da CDU considera que estamos perante um Plano de elevada qualidade. É um óptimo instrumento de orientação para o desenvolvimento futuro da cidade, o qual define os grandes objectivos de intervenção, as áreas estratégicas e prioritárias, e aponta a estruturação e consolidação da cidade, articulando melhor os bairros entre si e para o preenchimento dos espaços vazios, construindo-se aí mais 8.000 fogos”.

Posteriormente, manifestou estar em desacordo com uma parte do discurso do Sr. Zorrinho, quando disse que no anterior Plano houve um erro, no que toca ao crescimento em descontinuidade, fazendo notar que isso só aconteceu porque existiam 29 bairros clandestinos, não se podendo esquecer que, em 17 anos, edificaram-se, em média, 350 fogos/ano, e que em 6 anos, entre 1978 e 1984, erigiram-se, em média, 500 fogos/ano.

Expressou ainda que o P. U. esteve ao nível das exigências, deu resposta cabal às necessidades, com soluções para os grandes equipamentos que estão aí, como o MARÉ, o Terminal Rodoviário, as zonas industriais, as grandes superfícies comerciais, os equipamentos hoteleiros, etc..

Para terminar, felicitou a CMÉ, os serviços e a equipa técnica pela enorme qualidade do Plano, e revelou que a bancada da CDU iria votá-lo favoravelmente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

A Sra. D. Maria do Céu Ramos declarou que, do ponto de vista do PSD, este Plano é excelente para quem acredita na planificação central, do futuro e da vida dos cidadãos, simplesmente o mesmo tem uma concepção diferente do que deve ser o ordenamento do território e do planeamento como meio para responder às necessidades dos cidadãos, e não para condicionar as suas escolhas.

No entender do PSD, deveria haver mais flexibilidade, muito mais abertura à mudança, sobretudo numa época em que ela é a única certeza.

Por outro lado, algumas das opções de fundo em que o P. U. assenta são sustentadas em determinadas concepções arquitectónicas e urbanísticas de determinadas escolas, só que existem outras escolas arquitectónicas e urbanísticas que têm modelos e opções diferentes, sendo de parecer do PSD que se deveriam evitar algumas opções que são já hoje controversas, tais como: querer-se fechar a malha urbanística da cidade e o perímetro urbano densificando apenas uma zona, e não alargar-se as mesmas, comentou.

Para finalizar, recordou que o Sr. Eng.º Jorge Carvalho afirmara que o Plano é inovador em 4 aspectos: pelo rigor das contas, pela articulação das zonas com o desenho destas, pela articulação entre planeamento essencial e planeamento estratégico e pela procura da equidade, achando o Partido Social Democrata que este último princípio não é de todo em todo conseguido, com algumas das disposições do Regulamento, que coloca a Câmara numa posição intermediária em vez de propulsora do desenvolvimento e do crescimento da cidade. E que, porventura, traz sobre os cidadãos, sobre os empreendedores e sobre os investidores penalizações que dificilmente podem ser consideradas benefícios para o crescimento de Évora.

Por tudo isto, a Sra. D. Maria do Céu Ramos noticiou que o PSD se iria abster.

O Sr. Celino Silva asseverou que, a propósito do P. U., foi levado a fazer uma pequena reflexão entre as propostas do mesmo e as do Plano Director Municipal, tendo constatado que, desde 1940 e até hoje, o centro histórico perdeu 10.000 habitantes e que a zona extra-muros ganhou perto de 30.000 moradores, e que, nos últimos 20 anos, o primeiro ficou privado de 4.850 residentes e que a segunda aumentou cerca de 15.000 pessoas.

O Sr. Celino explicou que citou estes dados porque desde 1974 os diversos Executivos do Município de Évora herdaram uma situação difícil e souberam resolvê-la e projectar a cidade para aquilo que ela hoje representa, havendo a registar que ocorreram algumas transformações, a saber: as indústrias e os armazéns cresceram de 36 ha para 100 ha; a função residencial subiu de 10.000 para 15.000 fogos; foi solucionado o problema complicadíssimo dos bairros clandestinos; em 1974 não havia Plano em 21 dos 28 bairros clandestinos, e dentro destes 10 não possuíam água canalizada e 15 não tinham esgotos, tendo a edilidade resolvido a situação, para além de ter tentado encontrar formas de actuação que impedissem definitivamente a criação de loteamentos ilegais.

Passado este período, surge um outro que teve a ver com a edificação das variantes à cidade, não se podendo esquecer as obras de recuperação levadas a cabo no centro histórico, que possibilitou amenizar a sua desertificação.

Mais à frente, fez alusão aos supostos contributos dos Vereadores do PS ao documento em apreço, acentuando não se ter apercebido que tivesse havido alguma alteração à proposta presente à Assembleia em 1996, nomeadamente em relação às linhas de actuação que cada um dos quatro objectivos apresentava, aos projectos de intervenção urbanística prioritários, e nem nenhuma proposta que contrariasse a preocupação que a equipa teve de não só definir zonas e a sua ocupação, mas também ir um pouco mais longe e determinar como é que essas zonas deveriam ser desenhadas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Tendo a Sra. D. Maria do Céu Ramos dito que este Plano é demasiado condicionador e demasiado rígido, o Sr. Celino discordou em absoluto da opinião daquela autarca e fez ver que se o documento, em relação às áreas urbanizáveis para qualquer tipo de função, vai mais além daquilo que é previsível, isso é uma nota de flexibilidade.

Adiante, solicitou à equipa que esclarecesse melhor os aspectos das propostas de ligação entre os bairros e a cidade.

Por último, referindo-se a uma crítica feita pelo Sr. Zorrinho de que o Plano é demasiado comedido no que toca aos indicadores populacionais, opinou que o Executivo e a equipa poderiam ter sido mais ousados, mas com as políticas económicas e sociais do Governo vigente, é preciso ser-se prudente em relação a estas coisas, não havendo razões para fazer grandes projecções de muito crescimento de população, de emprego e de economia, quando se assiste a contenções a estes níveis.

O Sr. Bernardino Grilo deu conta que na pág. 108 do Relatório se menciona que apenas existe um pavilhão nos espaços E41+E42, quando, na sua óptica, existem dois, pelo que perguntou à equipa técnica a razão de tal lapso.

Paralelamente, destacou que, no espaço E67, vai ser edificado um estádio municipal com todas as condições. Ora, como lhe chegou ao conhecimento que, supostamente, irá ser atribuída uma parcela daquele complexo ao Clube de Rugby de Évora, quis saber se havia alguma veracidade nisto.

O Sr. José Simão expressou que, daquilo que lhe é dado a conhecer, existe, desde há 2 anos, um conjunto de projectos importantes para a cidade que estão parados à espera de aprovação deste Plano, como, por exemplo, o Centro de Saúde, a Escola C+S da Malagueira, uma pista para a Direcção Geral de Viação, a sede da Direcção Regional de Educação e o Arquivo Distrital, e, se não fosse só por isso, seria bom que ele fosse aprovado.

Mas, tendo por base a substância das questões e em matéria de urbanismo, pensa que não é claramente assumido pela CMÉ a necessidade imperiosa de adquirir uma porção de solos que possibilitem a habitação e que de alguma forma possa ser regulador do mercado, ou seja, baixar-se o preço dos mesmos, que actualmente são muito elevados.

Também neste contexto, acentuou que a qualidade urbanística praticada em Évora deixa muito a desejar, exceptuando o centro histórico e a Zona de Urbanização nº 1, sendo necessário encontrarem-se soluções mais consensuais para inverter a situação.

Adiante, o Sr. José Simão disse que o centro histórico é esquecido neste P. U., uma vez que são propostos 400.000 cts para renovação dos esgotos, considerando esta cifra insuficiente para o fim em vista, não deixando de opinar que se deveria intervir também na caiação dos prédios e na remoção dos ares condicionados.

Por outro lado, achou haver ambição a mais na previsão feita para se construir, até 2005, 150 ha de zonas verdes, tendo presente que agora apenas existem 20 ha.

Para concluir, sublinhou que uma das coisas que tem que ser corrigida neste Plano é o que se prende com a carta escolar para a cidade de Évora, dado que assenta em números de 1993, tendo apresentado, para ilustrar a sua ideia, números reportados ao ano transacto, relativamente tanto ao 1º ciclo como ao 2º ciclo.



O Sr. Carlos Percheiro desejou intervir no debate para fundamentar a proposta por si apresentada, em nome da bancada da CDU, respeitante ao ponto 3.3.5 do Relatório do P. U. . Assim, no que toca às Escolas Básicas Integradas, afirmou que se já lhe parece algo perigoso uma experiência de uma Escola Básica Integrada a construir no Bairro da Malagueira, já lhe parece que qualquer solução que altere a tipologia existentes nas actuais escolas EB 2,3 pode ser, então, uma experiência de muitos maus resultados. Isto porque a equipa técnica aceitou as soluções pensando que de educação toda a gente sabe, coisa que não é verdade, dado que este sector é uma área de especialidade, tanto mais que não consultou as escolas afectadas pelas tipologias propostas no Plano, cuja tarefa é em absoluto indispensável.

Ao mesmo tempo referiu que a proposta 3.3.5 contraria, curiosamente, a carta escolar do concelho de Évora, aprovada em 1996, que é um documento elaborado conjuntamente pelas(os) Direcção Regional de Educação do Alentejo, Centro da Área Educativa de Évora, Delegação Escolar local, Área Escolar de Évora, CCRA e CMÉ, e coordenado pelo Departamento de Programação e Gestão Financeira.

Por estes motivos, entende o Sr. C. Percheiro que deve ser constituído o grupo de trabalho mencionado na sua proposta, para reponderar, reestudar e reanalisar completamente o supracitado ponto, no sentido de ser formalizada uma nova proposta que venha a ser submetida à apreciação da Assembleia em próxima reunião.

A Sra. D. Carmen Balesteros comunicou que alguns eleitos elaboraram uma proposta de nova redacção para o ponto 1 do art.º 17º do P. U., a qual fizeram chegar à Mesa.

O Sr. Presidente leu o documento, que diz: *“Nas áreas classificadas como A e ainda em todo o Centro Histórico deverá assegurar-se um acompanhamento histórico/arqueológico sempre que hajam intervenções no subsolo. O acompanhamento referido deverá igualmente ocorrer quando as alterações nas estruturas edificadas o justifiquem”*.

Entretanto, a Sra. D. Carmen Balesteros prontificou-se a justificar o alcance da proposta de alteração ao Plano de Urbanização (a segunda), tendo dito que, prevendo-se a necessidade de se vir a abrir alguns espaços na muralha, propunha-se que se passasse a figurar nas linhas 10 e 11 da pág. 63 a seguinte redacção: *“Os novos atravessamentos da Muralha deverão ser objecto de estudos cuidadosos, realizados por equipa pluridisciplinar, procurando portas antigas.....”*. Isto porque, no entender dos proponentes, estas acções deverão ter sempre o parecer e a intervenção de especialistas de diferentes áreas, não só de engenharia ou arquitectura, mas também de arqueologia, história e do âmbito das fortificações militares.

Adiante, falou do quadro aposto na pág. 141 do Relatório, intitulado Área Envolvente da Muralha, onde se verifica que é considerado em 2ª prioridade um investimento de 430.000 cts para a Biblioteca, coisa que os subscritores da proposta entendem não ser correcto, visto que a mesma deveria constar na lista das primeiras prioridades do Município, podendo apresentar-se uma situação se parceria em termos de financiamento, por parte da autarquia e da Administração Central.

No que respeita às questões e aos espaços culturais, é visível que a Rede Museológica e o Salão Central Eborense aparecem, também, colocados em 2ª prioridade, pensando os proponentes ser necessária a passagem destes investimentos para a lista das primeiras prioridades, devido ao facto de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

a Câmara já ter iniciado o investimento na Rede Museológica e no Salão Central, já adquirido, encontrando-se, também, já em fase de implementação alguns núcleos da futura R. M..

Mais à frente, fez alusão à nova redacção para o ponto 1 do art.º 17º do P. U., matéria já abordada anteriormente.

Para fechar, fez saber que os subscritores da proposta recomendam que o Inventário de Património apresentado como anexo 1 ao Regulamento seja considerado como um texto dinâmico, e que possa ser acrescentado à medida daquilo que for o avanço do conhecimento sobre a cidade.

Sobre a proposta em equação, o Sr. José Zorrinho especificou que a Assembleia dificilmente poderia aprovar propostas de alteração “*in loco*”, podendo sim aprovar recomendações, ou seja, a atrás mencionada ao ser aprovada modificava um documento que foi objecto de parecer de um conjunto de entidades, que teriam que voltar a fazê-lo. Se se tratava apenas de uma recomendação, deveria ser claramente votada como tal, antes de se votar o PGU, porque poder-se-ia estar a inviabilizar a operacionalidade do Plano por muitos meses, quando, se calhar, não era essa a vontade do plenário.

O Sr. Presidente achou a alocução do Sr. Zorrinho absolutamente pertinente, esclarecendo que a Assembleia poderia aprovar alterações e recomendações, segundo pôde informar-se junto da Vereação.

A este propósito o Sr. Vereador Almeida Henriques elucidou que, do ponto de vista jurídico, a A. M. tem competência para formular as propostas de alteração que entender, as quais, se não forem estruturantes ou estruturais, não obrigarão a recorrer a novos pareceres por parte das entidades inerentes.

Por outro lado, explicou que o Relatório constitui uma peça processual não essencial do P. U., e, de alguma maneira, tem uma natureza jurídica meramente indicativa para a Câmara, podendo esta modificar o seu conteúdo programático.

O Sr. Silvino Alinho deu conta que, após fazer uma análise objectiva dos documentos em apreço, restavam-lhe algumas dúvidas, as quais gostaria que fossem esclarecidas. Assim, relativamente ao Equipamento E42, declarou não compreender como é que se propõe a edificação dum espaço de bombas de combustível integradas num espaço desportivo, quando as medidas que hoje se tomam, em termos de planeamento urbanístico, afastam dos centros urbanos este tipo de estruturas.

No que concerne ao Equipamento E43 (o conhecido campo de obstáculos), lembrou que em determinada altura o terreno foi adquirido pelo Instituto Português da Juventude, que nele pretendia instalar uma pousada, que ocuparia uma superfície de 0,5 ha, estando disposto a ceder gratuitamente o restante (6,5 ha) a alguns clubes eborenses, cujo projecto não chegou a ser posto em prática, pelo que solicitou que lhe explicassem este caso.

Quanto ao Equipamento E50, correspondente ao Convento dos Remédios, disse que o seu subsolo, de acordo com informações recolhidas, é rico em vestígios arqueológicos e poderá ser destinado à construção de um museu ou *outro equipamento*, não deixando de perguntar que *outro equipamento*. É que já ouviu, há algum tempo, algumas vozes infelizes falarem na localização de um centro de



jovens e de actividades para estes naquele espaço (contíguo ao Cemitério dos Remédios), achando lamentável se a ideia for levada por diante.

Depois, pôs em evidência uma contradição relacionada com o Centro de Congressos, dado que no Plano de Actividades surge como um dos grandes objectivos e que no P. U. aparece como uma 2ª prioridade.

Tendo o Executivo já dito, em várias ocasiões, que o Parque Industrial é um sucesso e que está todo vendido, o Sr. Silvino recordou que o Sr. Eng.º Jorge Carvalho dissera que é preciso colocá-lo como montra, significando isto que é preciso vender mais qualquer coisa.

Por fim, anunciou não ter percebido a questão dos índices médios de construção, tendo solicitado à equipa técnica que explicasse melhor o tema.

Antes de iniciar o seu discurso, o Sr. Lino de Carvalho solicitou ao Sr. Eng.º Jorge Carvalho que projectasse, simultaneamente, um mapa da cidade referente ao ano de 1975 e um outro de agora, pretendendo não só demonstrar a evolução que Évora tem tido ao longo deste período, mas também rebater um certo registo do Partido Socialista de que há descontinuidades na urbe, admitindo, contudo, que há ainda muito para fazer nos domínios da rede viária, dos transportes, da animação e da articulação entre o centro histórico e a periferia.

Logo após, fez menção a dois depoimentos díspares, um do Sr. J. Simão, que falou em ausência de planeamento, e outro da Sra. D. Maria do Céu Ramos, que falou em excesso de planeamento, pormenores que o levou a argumentar que a CDU está no meio a procurar fazer o equilíbrio entre duas posições extremadas, fazendo o planeamento necessário e flexível, não deixando de observar: *“Não sei qual é a cidade gerida pelo PSD onde não existe planeamento”*. Posteriormente, virando-se para a Sra. D. Maria do Céu Ramos, comentou: *“Dou-lhe o bom exemplo de Oeiras, onde há muito bom planeamento, e não tenho nenhuma dificuldade em sublinhar aqui o belo trabalho que lá é feito, independentemente de ser do PSD, e com uma intervenção do Executivo de uma forma muito mais imperativa, muito mais centralizadora e muito menos flexível do que nós temos aqui em Évora”*.

De imediato acentuou que, à parte de todas as críticas formuladas, o Plano é suficientemente bom e positivo para que tenha sido aprovado por unanimidade na Câmara Municipal, com a presença de membros do Executivo de três áreas político-ideológicas diferentes.

Perante o facto de o PS ter criticado que o centro histórico é esquecido, o Sr. Lino de Carvalho recordou que na campanha eleitoral das últimas eleições autárquicas a crítica era ao contrário, havendo, portanto, uma contradição, questão que o motivou a asseverar: *“O que podem dizer é outra coisa, é que tendo havido uma política que recuperou, valorizou e dinamizou o centro histórico, está na altura de virar-mos uma atenção acrescida para as zonas exteriores, exactamente para combater as descontinuidades que ainda existem”*.

O Sr. Carlos Percheiro, voltando a usar da palavra e na linha da alocação do Sr. Zorrinho, explicitou que na realidade o que se propunha, relativamente ao ponto 3.3.5, é que ele não fosse impeditivo da votação do Plano na globalidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Tendo em conta que a legislação prevê que compete à Câmara Municipal a elaboração do Plano em equação e à Assembleia a sua aprovação, o Sr. Carlos Cunha chamou à atenção para um pormenor da proposta que foi feita, que tem a ver com a alteração de prioridade conferida à Biblioteca, possuindo dúvidas, face à Lei, se o plenário teria competências para introduzir modificações à proposta inicial.

A Sra. D. Maria do Céu Ramos, reagindo à dissertação do Sr. Lino de Carvalho, quis tranquilizá-lo quanto às posições que o PSD assume na Vereação e na A. M., que refutam as acusações daquele eleito, no que se refere à falta de contributos concretos do PSD para a execução das políticas municipais e da não revelação de compromissos com a satisfação das necessidades dos cidadãos. É, disse, justamente porque o PSD se preocupa com o ir de encontro aos desejos e necessidades dos munícipes e as necessidades do desenvolvimento ordenado deste concelho, que o Vereador Carmelo Aires votou a favor do P. U., tendo, para o efeito, lido a sua declaração de voto, na qual fundamenta as razões da sua tomada de posição.

Mais à frente, declarou parecer-lhe haver, entre a bancada municipal da CDU e o Sr. Presidente da Câmara, alguma necessidade de acerto e de composição de posições, visto que na acta da reunião de Câmara em que foi aprovado o P. U. se descreve a seguinte intervenção do Dr. Abílio Fernandes: *“O Sr. Presidente da Câmara fez um comentário final para dizer que tinha ficado agradavelmente surpreendido com o discurso do Vereador Carmelo Aires, que trouxe contribuições que, parecendo de pormenor, foram muito importantes, chegando até às questões de definição”*.

Face às incertezas manifestadas pelo Sr. Carlos Cunha, o Sr. Lino de Carvalho solicitou-lhe que dissesse onde é que se baseava para afirmar que a Assembleia está impedida de modificar qualquer tipo de plano, pois, segundo a Lei prevê, este Órgão Autárquico pode fazê-lo, excepto ao Plano de Actividades e Orçamento, tanto mais que o Vereador Almeida Henriques confirmara que as propostas de alteração apresentadas não colidiam com os pareceres vinculativos emitidos pelas diversas entidades, porque não alteravam os elementos estruturantes do P. U..

Depois, respondendo aos reparos da Sra. D. Maria do Céu Ramos, agradeceu a leitura da declaração de voto, a qual, na sua óptica, confirmava as suas palavras, dado que o voto favorável dado pelo Vereador Carmelo Aires certificara que o Plano de Urbanização é globalmente positivo, tendo explicado que só avançara com a nota porque aquela eleita dissera que o Vereador C. Aires votou a favor porque o PSD tem presente, na Câmara Municipal, o interesse público, pormenor que o levou a observar: *“Então a conclusão a que eu chego é que na A. M. o PSD não tem presente o interesse público”*.

O Sr. Carlos Cunha, contrapondo ao depoimento do Sr. L. de Carvalho, transmitiu ter-se limitado a interpretar o Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, que lhe suscitou algumas dúvidas e, como tal, colocou-as à ponderação da Mesa, por entender que a alteração proposta tem algum peso significativo.

O Sr. Lino de Carvalho lembrou que se estava perante dois elementos distintos, o Regulamento e o Relatório, e que apenas uma das alterações propostas incidia sobre o primeiro (ponto 1 do art.º 17º) e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

que as restantes se cingiam ao segundo, funcionando este apenas como elemento indicativo e orientador para a edilidade.

Sr. Presidente evidenciou que este último apontamento do Sr. L. de Carvalho constituía a referência fundamental da orientação metodológica da Mesa, julgando não haver razões formais para pôr em causa o desenvolvimento do trabalho até ali produzido.

A Sra. D. Maria do Céu Ramos, ainda a propósito da posição do PSD, disse que ficou muito claro, da leitura da *declaração de voto*, que foi um voto de vontade de colaborar e de contribuir positivamente para o desempenho global do Executivo.

Ao mesmo tempo, pediu à Mesa que separasse o debate das propostas depois de se definir a metodologia, não vendo o PSD nenhum inconveniente em votá-las, não deixando de opinar que o plenário não deveria ficar amputado da sua liberdade de as modificar, uma vez que não havia uma incompetência absoluta da Assembleia para o efeito.

O Sr. Presidente revelou que a Mesa tinha perspectivado, do ponto de vista metodológico, pôr à votação as alterações que constavam das propostas avulsas, e depois fazer-se a votação do P. U..

A Sra. D. Maria do Céu Ramos propôs que a votação fosse inversa, e chamou à atenção dos subscritores da 2ª proposta, dado que constatou existir um lapso no ponto 3, que cita “*No quadro da pág. 149, intitulado.....os números 7 e 8.....*”, devendo-se sim ler “*No quadro da pág. 149, intitulado.....os números 7 e 9.....*”.

A Sra. D. Carmen Balesteros confirmou o erro e agradeceu o reparo formulado.

Perante as questões postas, o Sr. Vereador Almeida Henriques prontificou-se a esclarecê-las, tendo dito que a Assembleia, ao abrigo da Lei das Autarquias, era competente para introduzir as alterações que entendesse.

No que respeita às perguntas feitas pelo Sr. Bernardino Grilo, reservou a resposta das mesmas para a equipa técnica, desejando, todavia, abordar o assunto do Clube de Rugby de Évora, tendo noticiado que teve oportunidade de receber a Direcção em causa, antes da fase do inquérito público do P. U., onde a alertou para a necessidade de compaginar aquilo que eram os interesses do proprietário do terreno com o material que estava à disposição do público, cujo caso não foi tratado convenientemente, por deficiências de comunicação, pelo que a localização do campo nunca chegou a ficar perfeitamente clarificada.

Quanto ao discurso do Sr. Carlos Percheiro, achou absolutamente pertinentes as preocupações levantadas, não deixando de elucidar dois aspectos: **Primeiro** - Não é competência municipal o domínio da educação; **Segundo** - Apesar de a equipa técnica não ter incluído especialistas da matéria na produção do Relatório, o certo é que ele foi sujeito às indicações técnicas da Direcção Regional de Educação do Alentejo, que recomendou, entre outras coisas o seguinte:

- A Escola Secundária André de Gouveia deverá continuar como tal e não como EB 2,3;

Acta n.º 1 da sessão extraordinária de 22 de Janeiro de 1999



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- A introdução do 2º ciclo na Escola Severim de Faria só poderá ocorrer a longo prazo, se a redução do número de alunos do ensino secundário se vier a confirmar, de acordo com o previsto no Plano.

Sobre as críticas proferidas pelos eleitos do PSD, argumentou que o Plano vai ao pormenor, mas fá-lo com a capacidade de conferir orientações indicativas, e não com a lógica de ser um instrumento de planeamento impositor do que quer que seja. E o facto de a Câmara sentir a necessidade de intervir na política de solos como forma de condicionar o mercado e, de alguma maneira, resolver problemas sociais estruturantes, isso não pode permitir que se faça uma leitura de transformar o documento num Plano excessivamente centralista ou condicionador.

Relativamente à suposta instalação de bombas de combustível na zona desportiva E42 (problema levantado pelo Sr. S. Alinho), explicou que não há nenhum impeditivo, quer do ponto de vista jurídico quer do ponto de vista urbanístico, para se consumir o projecto, podendo vir a ser uma mais-valia para o Lusitano e para o Juventude, para além de poder vir a permitir algum apoio logístico às zonas residenciais limítrofes, havendo a destacar que não se tratarão de bombas de grande dimensão, mas sim uma pequena unidade de abastecimento de combustíveis, que muito provavelmente vai servir às populações e aos associados dos mencionados clubes, se estes optarem por esta solução.

No que se reporta ao campo de obstáculos, fez notar que este se mantém no Plano, e divulgou que existe uma agremiação hípica que está a negociar com a Secretaria de Estado da Juventude, e que já diligenciou, junto do Município, a vontade de reactivar o atrás citado.

De imediato, aflorando a questão do *Convento dos Remédios*, revelou que o seu conteúdo programático não está definido por uma razão muito simples: Inicialmente ele foi pensado não como um centro para jovens, mas sim para uma futura unidade de restauro. Acontece que o IPPAR avançou, hipoteticamente, com algumas instalações para lançar o dito centro de restauro, rompendo, unilateralmente, um protocolo que estava estabelecido entre aquele organismo e a CMÉ, sem que até ao momento tenha sido fornecida alguma satisfação.

No que se refere ao *Parque Industrial*, confirmou que o mesmo está todo vendido, pretendendo-se apenas a sua expansão.

No contexto da actuação da edilidade de procurar ter um papel mais interventor no mercado, em sede da política de solos, expressou que isso é assumido, não só pelo histórico, porque a experiência daquilo que foi a oferta de terrenos urbanizados para a construção da habitação social assim o justifica, mas também porque foi inovadora, quando veio a propor um quadro de parceria estratégica, traduzida ou não na figura jurídica duma futura empresa municipal, destinada à produção de moradias para arrendamento social.

Mais à frente fez alusão aos contributos dos Vereadores Socialistas para o P. U., afirmando que as suas propostas se balizaram em dois parâmetros fundamentais: 1 - Na alteração do conteúdo programático do complexo desportivo da zona da Malagueira; 2 - Em relação ao problema do Rossio de S. Brás. Para ambas a CDU já tinha propostas alternativas, realçou.

A propósito de alguns membros do PS se terem referido ao mau tratamento do centro histórico, o Vereador Almeida Henriques adiantou que aquele Partido poderia dar excelentes contributos para o efeito, a saber: **Primeiro** - Criar o Instituto do Ordenamento Jurídico Nacional; **Segundo** - Regulamentar aquilo que são os chamados planos de salvaguarda dos próprios centros históricos; **Terceiro** - A criação de mecanismos financeiros expeditos para permitirem a intervenção e a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

requalificação dos centros históricos; **Quarto** - A criação de mecanismos expeditos que permitam que os municípios impeçam a degradação dos imóveis.

Ainda neste domínio, acrescentou que o Partido Socialista poderia tomar medidas para cimentar a capacidade de crescimento e de desenvolvimento desta cidade e deste concelho, concretizando investimentos importantíssimos como, por exemplo, o novo tribunal e o novo hospital.

Por sua vez, o Sr. Eng.º Jorge Carvalho desejou, também, avançar com algumas notas, tendo dito que, relativamente à colocação do Parque Industrial na “montra”, se se criar uma feira associada a este complexo, com as visitas que ela provoca, pode ajudar a projectar no exterior a imagem de Évora, que, numa perspectiva de desenvolvimento integrado, parece interessar à mesma.

Sobre a questão da *equidade*, declarou: “*Um proprietário, no momento em que avançar com o loteamento do seu terreno, não conseguindo concretizar a totalidade do seu índice (0,35), tem o direito de vender à Câmara o direito abstrato que não consegue concretizar, ou seja, tem que ser indemnizado pela autarquia por esse facto*”.

Depois, definiu o conceito de *política de solos*, que é o conjunto de meios e de instrumentos que a Administração Pública utiliza para conseguir que os terrenos se disponibilizem no momento certo e no local adequado para o fim pretendido.

No que respeita ao tema do *desporto*, especificou que no Plano se propõe 4+1 pólos, a saber: a Norte, à volta do Bacelo e nas imediações da Escola das Pites; a Este, centrado no espaço junto às piscinas; a Oeste, perto do campo do Sport Lisboa e Évora; e a Sul, correspondente às áreas do Juventude e do Lusitano. Haverá uma 5ª zona desportiva, próxima do Parque Industrial, onde se pensou localizar o parque de jogos do Clube de Rugby, tendo-se posteriormente convencionado instalá-lo um pouco mais a norte, *libertando* os terrenos em causa para construção, julgando-se ser esta solução aceitável do ponto de vista urbanístico.

Quanto ao *excesso de zonas verdes*, aceitou o reparo, mas explicitou que a proposta aponta, no essencial, para que nos próximos anos ocorra a aquisição das mesmas, pelo que haverá necessidade de torná-las públicas e plantar-se árvores.

No que respeita às *escolas*, enunciou que foi feito um trabalho o mais cauteloso possível, tendo sido obtidos dados de todos os estabelecimentos e da DREC, sendo de realçar que o elemento da equipa que fez o estudo é geógrafo e professor.

A seguir, abordando a ideia de se fazer um inventário dinâmico de património, tornou claro que tal está previsto no nº 2 do art.º 2º do Regulamento.

Adiante, cingindo-se à tese de o Plano ser muito rigoroso, afirmou que houve sempre a preocupação de torná-lo razoavelmente flexível, não deixando de evidenciar que a grande quantidade de desenhos pormenorizados nele contidos a nada obrigam, apenas sugerem.

Pouca ambição no crescimento, foi uma das críticas formuladas, coisa que motivou o Eng.º J. Carvalho a revelar que as projecções demográficas efectuadas pela equipa tiveram em conta os valores máximos, pelo que os 45.000 habitantes apontados como eventualmente possíveis em 2005, quase de certeza que só acontecerão em 2010, segundo cálculos do INE, significando isto que o crescimento será um pouco abaixo da sua previsão.

Para terminar, manifestou discordar das opiniões de que o Plano se preocupa pouco com o centro histórico, salientando que ele trata a cidade como um todo e não dispensa um conjunto de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

desenvolvimentos e propostas relativas ao centro histórico, não se podendo esquecer que o seu grave problema tem a ver com o esvaziamento da população residente.

Entretanto, o Sr. Presidente da CMÉ fez notar que o P. U. não é exequível se não se verificar uma alteração no Código das Expropriações, sem a qual os terrenos não poderão ser adquiridos.

Esgotadas as inscrições para debate, o Sr. Presidente, desejando cumprir o ritual e não pretendendo menosprezar a proposta da Sra. D. Maria do Céu Ramos, deu a conhecer que a Mesa decidira pôr à votação primeiramente as propostas de alteração e depois o P. U..

Assim, colocou à votação a proposta relativa ao teor do ponto 3.3.5 do Relatório, a qual foi aprovada por unanimidade.

Posta a 2ª proposta à votação, referente a algumas alterações ao Plano de Urbanização, foi a mesma aprovada por maioria, com treze abstenções.

Posteriormente, o Sr. Presidente colocou à votação a proposta de alteração ao complexo desportivo do Bairro de Almeirim, cujo documento foi aceite como tal pela A. M., tendo ela sido aprovada por unanimidade.

Para satisfazer o nº 1 da 1ª proposta, passou-se à constituição do grupo de trabalho nos moldes habituais, tendo o Sr. Lino de Carvalho revelado os nomes dos 4 eleitos da CDU: Carlos Percheiro, Carmen Balesteros, Maria do Céu Costa e José Russo.

O Sr. José Zorrinho anunciou os nomes dos 2 autarcas do PS: José Simão e Margarida Projecto.

O Sr. Silvino Alinho comunicou o nome da representante do PSD: Maria do Carmo Ricardo.

O Sr. Lino de Carvalho propôs que o Sr. Presidente tomasse a iniciativa de convocar a 1ª reunião do grupo.

O Sr. Presidente alvitrou que os membros indigitados reunissem entre si e combinassem a data da 1ª sessão.

Posto isto, o Sr. Presidente pôs o Plano de Urbanização à votação, considerando as propostas de alteração já aprovadas, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com três abstenções e dez votos contra.

PONTO 2 - APRESENTAÇÃO DO PROJECTO ESPECIAL DE URBANISMO COMERCIAL - ÉVORACOM

Acta n.º 1 da sessão extraordinária de 22 de Janeiro de 1999

13



O Sr. Presidente lembrou que este ponto já havia sido agendado em Dezembro p. p., o qual não pode ser discutido devido ao adiantado da hora.

O Sr. Vereador Jorge Pinto referiu que este projecto é importante porque alguns dos aspectos de vivificação do centro histórico passam por uma estratégia que também equaciona as questões comerciais, não deixando de comunicar que foi escolhida uma área de intervenção prioritária que teve como objectivo ser realista nos períodos de tempo relativamente curtos que a execução final do II QCA impôs à Câmara, em termos de investimento público que lhe estava adjacente.

De imediato solicitou ao Dr. Ruben Menezes, acessor da CMÉ neste projecto, que fizesse uma breve exposição sobre o tema.

O Dr. Ruben Menezes transmitiu, essencialmente, que o PROCOM é um programa comunitário especialmente virado para incentivar a modernização e a revitalização do comércio tradicional, sobretudo tendo em conta o desenvolvimento que este tem tido nos últimos anos, muito associado aos hipermercados e às grandes superfícies, mas também consagra a possibilidade da existência dos chamados projectos especiais de urbanismo comercial, onde a perspectiva de modernização tem aí um enquadramento urbanístico.

O estudo já decorre há dois anos, tendo a Câmara, em parceria com a Associação Comercial, apresentado uma proposta, que foi aprovada, e a partir daí desenrolou-se todos os trâmites legais.

Ao mesmo tempo, adiantou que o atrás citado estudo aponta como grandes propostas duas zonas da cidade: a Praça 1º de Maio e a remodelação do mercado, na óptica de que ele é um elemento importante no quadro de toda a estrutura urbana da cidade; e a Rua da República até ao final da Rua da Lagoa e os respectivos eixos verticais mais significativos, como são os casos das Ruas de Serpa Pinto, 5 de Outubro, Miguel Bombarda, etc..

Para concluir, fez saber que o Programa prevê duas grandes intervenções ao nível de estacionamento, com a edificação de parques subterrâneos por baixo do Jardim das Canas e junto ao mercado 1º de Maio, estando a decorrer estudos de natureza geo-técnica para aquilatar das possibilidades de serem concretizados tais projectos.

O Sr. Vereador Jorge Pinto, voltando a usar da palavra, fez questão de sublinhar os seguintes aspectos:

- Do ponto de vista da intervenção pública, quer-se qualificar dando comodidade ao peão que utiliza o centro histórico;
- Ter em atenção que é necessário encontrar soluções no estacionamento e melhorar a iluminação e o mobiliário urbano;
- Acessoriamente, valorizar o património;
- E afirmar novas centralidades no centro histórico, em termos comerciais e de funcionalidade e de organização, que passem para além da Praça de Giraldo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Para fechar asseverou que, na área de investimento em causa, estão abrangidos cerca de 430 estabelecimentos comerciais, indicando o estudo, previsivelmente, para uma capacidade de intervenção de modernização de cerca de 150 comerciantes, esperando-se que as metas previstas no Plano sejam alcançadas.

Por seu turno, o Arq.º Nuno Lopes proclamou que este é um projecto que permite repensar o centro histórico de uma forma integrada e de todos os seus problemas inerentes, tais como: o estacionamento, o lixo, as cargas e descargas, os espaços pedonais, etc..

Por outro lado, salientou que do balanço feito se concluiu que a área pedonal será aumentada e serão criadas melhores condições de acessibilidades, quer na ligação ao exterior da cidade, quer no percurso do seu interior, sendo de destacar que há uma lista global de investimentos que são previstos, que passa pela iluminação dos monumentos e da via pública, pela alteração de pavimentos, pelo enterramento progressivo dos carros nas fachadas por forma a requalificar o próprio património, e pela introdução da fibra óptica.

Relativamente ao Jardim das Canas, acentuou que há necessidade de reconvertê-lo num espaço verde, com outro desenho, onde o bar seja colocado noutra posição, para permitir a libertação da visão do Teatro Garcia de Resende e no sentido oposto, e, ao mesmo tempo, potenciar o estacionamento subterrâneo.

Quanto ao mercado 1º de Maio, ele será objecto também de grande intervenção, acabando-se, no seu interior, com o sistema das bancas, de modo a possibilitar a instalação de lojas individuais, reclassificando-o ao nível da higiene, da imagem e da própria organização, em termos de processo de gestão e de venda.

A Sra. D. Maria do Céu Ramos revelou que, no entender do PSD, o programa em apreciação é altamente requalificador do centro histórico e da cidade, podendo vir a constituir uma alavanca de dinamização dos aspectos comerciais, parecendo, contudo, que o entusiasmo da Câmara e do gabinete do ÉVORACOM não está a ser acompanhado pelos comerciantes locais, porque, de acordo com algumas informações recolhidas, as candidaturas são escassas, sendo isso preocupante para o citado Partido, na medida que poderá conduzir ao não aproveitamento pleno desta oportunidade. Neste sentido, perguntou se era verdadeira a não aderência por parte dos empresários, e o que é que a edilidade e a A. M. poderiam fazer para estimular, em concreto, uma maior apetência dos potenciais candidatos.

Paralelamente, disse que ao verificar o eixo de intervenção do ÉVORACOM, reparou que existem algumas vias comerciais onde ele não incide, como, por exemplo, as Ruas dos Mercadores, da Moeda, Romão Ramalho, de Aviz, etc., pelo que inquiriu qual era a razão de o ÉVORACOM ter aquele âmbito de aplicação e se não havia possibilidade de o rever na sua definição geográfica, no sentido de permitir a inclusão das referidas artérias.

Tendo o Arq.º Nuno Lopes falado em parques de estacionamento periféricos, o Sr. Lino de Carvalho interrogou-lhe se se estava a referir aos parques já existentes fora da muralha ou a outros supostamente a edificar dentro do centro histórico, e se havia alguma ideia para a localização destes.



Simultaneamente, perguntou quais são os meios financeiros que estão afectos ao programa, tanto ao nível do apoio à iniciativa privada, como ao nível do apoio da intervenção da Câmara nos espaços públicos.

Face à fraca adesão manifestada pelos comerciantes eborenses ao projecto em equação, o Sr. Lino de Carvalho questionou ao supracitado técnico qual era a avaliação que a edilidade fazia desta situação, e quais eram as razões que a motivavam.

Por fim, observou que uma das coisas que lhe causa maior impressão, no processo de reabilitação do comércio, é a ausência de dinâmica dum comércio que promova a produção regional de qualidade. Isto a propósito de ter verificado que num dos pontos do projecto se foca algo articulado com o atrás exposto (“*possibilidade de promover produtos artesanais, genuínos e com tradição*”), sendo de seu parecer que valeria a pena a Câmara fazer alguma promoção ou algum estímulo no sentido de se concretizar tal ideia.

O Sr. Carlos Zorrinho fez as seguintes perguntas: **Primeira** - Dos projectos que são da responsabilidade da CMÉ, quantos é que estão já efectivamente elaborados e candidatados ? **Segunda** - Porque é que não foi ponderada a hipótese de se construir o parque subterrâneo no Rossio de S. Brás, em vez de se pensar no mercado 1º de Maio e no Jardim das Canas, dado que nestes sítios poder-se-ão correr riscos em termos de património arquitectónico ?

Perante as questões postas, o Sr. Vereador Jorge Pinto explicou que, no momento da apresentação do estudo, teve-se que ponderar um aspecto de complementaridade entre o investimento privado do comerciante e o investimento público adjacente no espaço exterior ao estabelecimento, porque era preciso ter presente qual era a restrição orçamental que o Município detinha para essa intervenção.

Noutro domínio, elucidou que o Plano aponta, estrategicamente, para deixar de considerar a Praça de Giraldo como o centro e considerar diferentes centros de interesse, também na particularidade da animação

Adiante, deu conta que, em termos de PROCOM, o investimento a fundo perdido aos comerciantes pode ir de 50 a 66%, podendo este ser complementado, até 90%, com empréstimo à taxa de juro zero, não sendo esta a razão pela qual o número de candidaturas é reduzido.

O Dr. Ruben Menezes, respondendo à alocação da Sra. D. Maria do Céu Ramos, no que toca à baixa participação dos comerciantes, fez notar que o problema não era exclusivo da cidade de Évora, uma vez que noutras urbes a situação foi idêntica de início, vindo a melhorar significativamente mais tarde. Neste capítulo, adiantou que, do estudo feito pelo gabinete de apoio, se concluiu que motivos sociológicos estavam na base da fraca adesão, tais como: a elevada estrutura etária dos empresários (a idade média dos homens é superior a 48 anos e nas mulheres é superior a 45) e a sua reduzida formação escolar. Há um outro factor a registar que é o facto de apenas 20,7% terem frequentado acções de formação profissional, citou.

Por outro lado, acrescentou que aqui não há tradição de investimento de risco e não há o perfil de empresário que se pode encontrar noutras cidades, conforme acontece no noroeste do país. Para ultrapassar esta situação, o gabinete tem realizado várias sessões de esclarecimento e publicado alguns folhetos em linguagem extremamente simples.



Sobre a não inclusão de algumas ruas no projecto, o Arq.º Nuno Lopes clarificou que a definição da área coube, conjuntamente, à CMÉ, à Associação Comercial e à Direcção Geral do Comércio, cujas entidades tiveram a preocupação de escolher os eixos fundamentais do centro histórico, não só comerciais mas também estruturantes, visando *acabar* com a concentração do investimento na Praça de Giraldo.

Sobre a ausência de promoção de produtos regionais de qualidade (assunto exposto pelo Sr. L. de Carvalho), explicitou que o estudo global aponta para que se funcione um pouco nessa vertente, na medida que compete ao empresário individual decidir que ramo e que tipo de comércio pretende adoptar, para além de propor que o próprio comerciante possa aproveitar os nichos de mercado não explorados.

Quanto ao conceito de *parques de estacionamento periféricos*, deu a conhecer que o gabinete propôs que houvesse esta designação nos parques existentes intra-muros, nas zonas limítrofes ao centro histórico, por forma a que o acesso ao automóvel seja imediato e a saída da cidade também imediata, aumentando a zona pedonal.

Para terminar, exprimiu que o PROCOM não poderá ser uma mera renovação física, porque se ficar por aí será um fracasso.

O Sr. Celino Silva inquiriu o seguinte: “*Qual é o custo aproximado do lugar de estacionamento enterrado*” ?

O Arq.º Nuno Lopes respondeu que o custo do lugar subterrâneo ascenderá a cerca de 2.500 cts, correspondendo cada espaço a 25 m². Como estão previstos construir-se 120 lugares, tanto no parque do Jardim das Canas como no da Praça 1º de Maio, cada um custará, em média, perto de 300.000 cts.

O acima referido técnico declarou ainda que se não houver parques de estacionamento, a Praça de 1º Maio perderá, com a intervenção, 20 lugares, enquanto o Jardim das Canas ficará privado de 10, pretendendo-se, tão só, investir mais em prol do peão e melhorar e requalificar estacionamento.

Face ao exposto, o Sr. Celino Silva opinou que o número de lugares de estacionamento subterrâneo não é suficiente para justificar investimentos tão elevados, para mais estando a Praça 1º de Maio próxima do Rossio de S. Brás e distando o Jardim das Canas apenas 150 metros duma das entradas da cidade, pelo que, segundo o seu pensamento, a situação deveria ser ponderada, sobretudo porque a capacidade de endividamento do Município é muito limitada nesta altura.

O Sr. Bernardino Grilo apresentou a seguinte questão: “*Vamos supor que, por motivos arqueológicos, não é possível fazer o parque na Praça 1º de Maio. Como é que o problema se resolve*” ?



O Arq.º Nuno Lopes esclareceu que existem alternativas para ambos os espaços e que a decisão ainda não está tomada, na medida em que se está a aguardar pelo resultado dum estudo levado a cabo pelo IPPAR sobre a matéria, factor este que determinará a resolução final da Vereação. Apesar de tudo, evidenciou que a taxa de utilização de alguns parques de estacionamento fora das muralhas ultrapassa os 100%, havendo razões suficientes para pôr o Plano em marcha, caso não surjam contra-indicações.

Depois, aflorando a opinião expressa pelo Sr. Celino, manifestou discordar da mesma, porque não é o número de lugares que determina a rentabilidade dum parque, ela depende sim de diversos factores como, por exemplo, da localização ou do projecto.

Ainda sobre a pergunta posta pelo Sr. B. Grilo, acentuou que um dos parques do Palácio Verney (um dos pólos da Universidade de Évora situado na Praça 1º de Maio) é pertença da edilidade, o qual tem estado a receber obras de beneficiação, sendo a Universidade obrigada a entregá-lo ao Município após a conclusão das mesmas, podendo ele vir a ser uma boa alternativa ao parque subterrâneo da Praça em causa.

Não desejando mais alguém debater o 2º ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente deu-o por encerrado.

APROVAÇÃO EM MINUTA

O plenário deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta o ponto 1 da ordem de trabalhos da presente acta, de acordo com o nº 4, do art.º 85º, do Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março.

Passou-se imediatamente ao período reservado ao público, não tendo nenhum dos presentes demonstrado interesse em usar da palavra, pelo que o Sr. Presidente deu por terminada a sessão pelas duas horas e cinquenta minutos do dia seguinte, da qual e para contar se lavrou esta acta, que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

Presidente - José Ferreira Nunes Bizarro

1º Secretário - Diamantino José Dias

2º Secretário - António Joaquim G. R. Serrenho

(Acta aprovada, na sessão de 24/09/99, por maioria, com 1 abstenção)